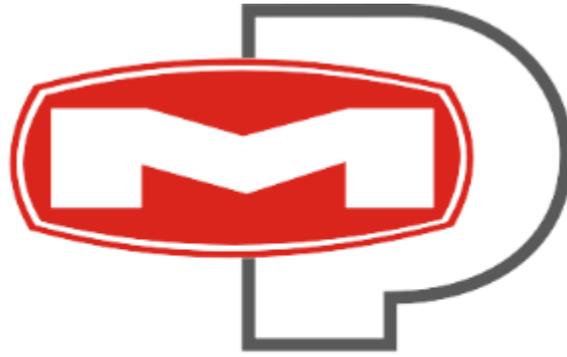




MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
2019



MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

MISSÃO

Administrar planos de benefícios previdenciários com transparência, probidade e profissionalismo.

VISÃO

Buscar a excelência na gestão e administração de planos de benefícios previdenciários.

VALORES

Eficiência – Ética – Probidade – Transparência

Sumário

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA	3
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS.....	4
GESTÃO PREVIDENCIAL	4
POPULAÇÃO DO PLANO.....	4
BENEFÍCIOS PAGOS.....	4
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	4
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4
RESULTADO DO PLANO.....	4
AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL.....	5
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	5
DESEMPENHO DOS ATIVOS	5
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	6
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	7
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	7
PLANO CD DE BENEFÍCIOS	9
GESTÃO PREVIDENCIAL	9
POPULAÇÃO DO PLANO.....	9
BENEFÍCIOS PAGOS.....	9
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	9
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9
RESULTADO DO PLANO.....	9
PREMISSAS ATUARIAIS.....	9
GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	10
DESEMPENHO DOS ATIVOS	10
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	10
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	10
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	11
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	12
DESEMPENHO DOS ATIVOS	12
OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	13
ELEIÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DA MENDESPREV	13
COVID-19	13
PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL.....	13
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA	14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS	15
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	26
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	27

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA



Antevíamos que 2019 seria um ano de muitos desafios a serem superados, pois enfrentaríamos gravíssimos problemas de liquidez. Havendo, também, incontestável estimativa de esgotamento dos recursos líquidos em curto prazo, advindos, especialmente, da crise econômica que abateu sobre às Patrocinadoras.

A Mendesprev, permanecendo no firme propósito de atuar com responsabilidade fiduciária e fazendo uma gestão de riscos tempestiva, resolve, sob o prisma da racionalidade ética e da busca de soluções justas, propor um plano de ação emergencial. Este tinha como objetivo mitigar riscos de liquidez do Plano Misto de Benefícios – PMB, cujo implemento foi a partir da folha de dezembro 2019 com a realização do referendo em outubro/2019 para a concordância e consentimento por meio de adesão, nos termos e condições especificadas em regulamento próprio.

Ressaltamos, com satisfação, que o resultado final do Referendo representou franca e massiva adesão e compreensão dos participantes do Plano quanto à situação apresentada e ratificaram as soluções propostas.

Tratou-se de incomum e democrático processo de união e conciliação de pensamentos e ações.

Destacamos ainda, como fato relevante ocorrido em dezembro de 2019, o recebimento pela Mendesprev dos direitos creditórios que a Patrocinadora Mendes Júnior tem na Ação Ordinária de Cobrança, que move contra o Estado do Maranhão, já em fase de execução. Desta forma, foi garantido um ativo suficiente para a quitação da dívida vencida em novembro de 2019 e reduziu-se o risco da contraparte das patrocinadoras.

Esta dação em pagamento foi aceita pela Mendesprev, em função da total impossibilidade de a Patrocinadora, considerando o fato público e notório da atual crise econômico-financeira que atravessa, pagar a parcela vencida e, tampouco, as parcelas vincendas.

Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), este ativo foi contingenciado, o que, conseqüentemente, afetou de forma negativa o patrimônio e o resultado do plano para o exercício de 2019 em R\$ 118,2 milhões. Este contingenciamento será revertido assim que ocorrer a expedição do Precatório pelo Poder Judiciário, que deve ser em breve, recompondo desta forma as reservas.

Na gestão administrativa, houve uma importante mudança, implementada a partir de 2020, que foi a diminuição da jornada de trabalho semanal, que passou a ser de quatro dias. Essa medida visa a redução dos custos administrativos e com pessoal.

E os desafios continuam para o ano de 2020 com a crise causada pela pandemia da Covid-19. Há que se destacar a significância e o ineditismo desta crise e os impactos negativos e relevantes que ocorrerão na economia mundial e os seus reflexos na situação econômica e financeira da Mendesprev.

Neste cenário, não obstante a Mendesprev reconhecer que os desdobramentos dessa crise são completamente imprevisíveis, estamos estudando todos os mecanismos disponíveis para a proteção do patrimônio, do nível de liquidez e de soluções para o reequilíbrio econômico-financeiro-atuarial.

Por fim, permanecemos com os nossos compromissos relacionados aos princípios de promover uma administração transparente e eficiente dos recursos dos nossos planos de benefícios. Assim, apresentamos o Relatório Anual do exercício de 2019, contendo informações e a apresentação dos resultados dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da Mendesprev.

Agradecemos a confiança e reiteramos o nosso compromisso com a boa governança.

Saudações,

DIRETORIA EXECUTIVA DA MENDESPREV

Marcelo Rodrigues Campos - Diretor Superintendente e Adm. e Financeiro

Márley Janaina de Castro - Diretora de Seguridade



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano Misto de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1990.0017-18.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento do exercício de 2019 a população do Plano Misto de Benefícios era de 529 participantes, distribuídos entre 431 assistidos e 98 Benefício Proporcional Saldado (BPS). A partir do saldamento do Plano, os participantes ativos e os optantes pelo benefício proporcional diferido (BPD) passaram a condição de optante pelo benefício proporcional saldado (BPS). Os participantes assistidos são aqueles que se encontram em gozo de benefício. Os participantes em benefício proporcional saldado são aqueles que aguardam a elegibilidade para requerer o benefício de aposentadoria normal ou antecipada, conforme estipulado no regulamento do Plano.

A tabela abaixo demonstra a distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício concedido:

TIPO DE BENEFÍCIO	PARTICIPANTES ASSISTIDOS
Aposentadoria Normal	69
Aposentadoria Antecipada	233
Benefício Proporcional Saldado	36
Aposentadoria por Invalidez	10
Pensão por Morte	83
TOTAL	431

Tabela 1 - Distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2019 o Plano Misto de Benefícios pagou o total de R\$ 47,6 milhões, referente a benefícios de prestação continuada e resgates de cotas, conforme o demonstrado na tabela a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIOS	VALOR
Aposentadoria Normal	11.611
Aposentadoria Antecipada	25.281
Aposentadoria por Invalidez	187
Pensão por morte	4.713
BPS em prestação continuada	1.908
Abono Anual	3.718
Pagamento Único, resgates e portabilidades	156
TOTAL	47.574

Tabela 2 - Benefícios pagos (Em R\$ mil)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em razão do saldamento do Plano, a partir de abril de 2018 cessaram as contribuições previdenciárias das patrocinadoras e dos participantes. Passou a existir somente as contribuições dos BPS, que são destinadas exclusivamente para o custeio administrativo, ou seja, não integram a reserva previdencial dos participantes.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são constituídas com base em cálculos atuariais e representam os valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e

beneficiários. São segregadas em benefícios concedidos e a conceder.

As provisões dos benefícios concedidos representam o montante financeiro necessário para o pagamento dos benefícios de prestação continuada aos assistidos e beneficiários. No encerramento de 2019 totalizavam R\$ 531,2 milhões.

As provisões de benefícios a conceder representam o somatório necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes em BPS. No encerramento de 2019 o saldo era de R\$ 9,7 milhões.

O valor total das provisões matemáticas do Plano Misto de Benefícios no final de 2019 era de R\$ 540,9 milhões.

RESULTADO DO PLANO

No exercício de 2019 o Plano Misto de Benefícios apresentou resultado deficitário de R\$ 116,3 milhões, o que aumentou o déficit técnico acumulado de R\$ 20,1 milhões para R\$ 136,4 milhões.

Este déficit foi ocasionado com o recebimento pela Mendesprev dos direitos creditórios que a Patrocinadora Mendes Júnior tem na Ação Ordinária de Cobrança, que move contra o Estado do Maranhão, já em fase de execução. Garantindo um ativo suficiente para a quitação da dívida vencida em novembro de 2019 e reduzindo o risco da contraparte das patrocinadoras.

Esta dação em pagamento foi aceita pela Mendesprev, em função da total impossibilidade de a Patrocinadora, considerando o fato público e notório da atual crise econômico-financeira que atravessa, pagar a parcela vencida e, tampouco, as parcelas vincendas.

Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) e a determinação da PREVIC, conforme ofício nº 2/2020/ERMG/DIFIS, este ativo foi contingenciado, o que, conseqüentemente, afetou de forma negativa o patrimônio e o resultado do plano para o exercício de 2019 em R\$ 118,2 milhões. Este contingenciamento será revertido assim que ocorrer a expedição do Precatório pelo Poder Judiciário, que deve ser em breve, recompondo desta forma as reservas.

A rentabilidade nominal apurada foi de 13,12% negativa, frente à meta atuarial de 10,33%.

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições previdenciárias	79
Rentabilidade das dívidas contratadas	9.930
Resultados dos investimentos	47.976
Restituição de valores	1.811
TOTAL DAS RECEITAS	59.796
Pagamento de benefícios	-47.574
Custeio administrativo	-66
Constituição/reversão das provisões atuariais	-10.142
Outras despesas atuariais – Provisão contrato dação	-118.318
TOTAL DAS DEDUÇÕES	-176.100
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-116.304
Resultado acumulado	-20.112
DÉFICIT ACUMULADO	-136.416

AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL

A avaliação atuarial para o encerramento de 2019 considerou:

- O Regulamento do Plano Misto de Benefícios;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de novembro de 2019, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- Os demonstrativos contábeis do Plano;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2019, destacam-se as seguintes:

- Redução da taxa real de juro atuarial de 5,60% para 5,30% ao ano;
- Indexador Econômico do Plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Fator de capacidade: foi alterado de 0,9811 para 0,9819;
- Crescimento real anual de salários: 0,00%, não aplicável.
- Mortalidade Geral, manutenção da tábua AT 2000 Basic M&F;
- Entrada em Invalidez: alteração da tábua de Álvaro Vindas para Tasa 1927;
- Mortalidade de Inválidos: AT 49 Masculina agravada em 100%;
- Rotatividade: Não utilizada;
- Composição familiar do participante em BPS: para os benefícios a conceder considera-se que 85% dos participantes são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes;
- Composição familiar do participante assistido: considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.
- O Plano Misto de Benefícios tem caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- As Provisões Matemáticas, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2019, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 30.11.2019, elaborada pela consultoria contratada.

Com base na legislação em vigor, apurou-se o limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2019 o valor de R\$ 29 milhões. Como o Equilíbrio Técnico apurado foi superior ao limite, há a necessidade de elaboração e aprovação em 2020 de um plano de equacionamento de déficit. O referido plano de equacionamento deverá contemplar, no mínimo, o maior valor entre R\$ 107 milhões, resultante da diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 136

milhões) e o Limite de Déficit Acumulado (R\$ 29 milhões), e 1% das provisões matemáticas estruturadas em Benefício Definido, R\$ 538 milhões, apurados para 31.12.2019. Caso os “Direitos Creditórios oferecido no contrato de Dação de Pagamento do Maranhão seja expedido o em precatório, poderá ser revertido o valor da perda e dispensará necessidade de equacionamento.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No ano de 2019 a economia brasileira apresentou sinais sólidos de retomada do crescimento. No decorrer do ano ocorreram fatores globais que interferiram no processo de recuperação econômica, como a crise na Argentina e a disputa comercial entre EUA e China.

Durante o ano a taxa básica de juros da economia (SELIC) passou de 6,5% para 4,5%, sendo a menor taxa da história.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), durante ano de 2019, foi de 4,31%, ficando acima dos 3,75% registrado em 2018. A previsão era de que a inflação terminasse o ano abaixo da taxa apurada em 2018, porém, no mês de dezembro de 2019 a inflação foi de 1,15%, motivada pelo aumento no preço da proteína animal, o que elevou a taxa de inflação acumulada no ano.

O Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), índice que compõe a meta do Plano, durante o ano de 2019 foi de 4,48%, ficando acima dos 3,43% apurados em 2018.

O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, fechou 2019 com 115.645,34 pontos, com crescimento de 31,58% no ano.

Devido ao cenário econômico e financeiro que o país atravessou em 2019 e às especificidades do Plano, a Mendesprev, na tentativa de mitigar riscos, optou por concentrar a maioria dos seus recursos no segmento de renda fixa, mesmo que os resultados da renda variável fossem atraentes. A estratégia da renda variável é mais voltada para o longo prazo, o que poderia trazer risco de liquidez ao Plano.

Por outro lado, a queda taxa da SELIC gerou ganhos para títulos públicos da carteira do Plano que estavam marcados a mercados.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

No Plano Misto de Benefícios, o segmento de renda fixa possui alocação de 84,75% dos recursos garantidores do Plano, o que representa o montante de R\$ 345,8 milhões.

O segmento de renda fixa apurou rentabilidade acumulada de 14,90% no ano de 2019, o que superou a taxa de 10,33% da meta atuarial e, também, o CDI que acumulou 5,97%. Os títulos públicos e os direitos creditórios foram os ativos que mais contribuíram para o bom resultado, apuraram resultado de 27,96% e 16,03% respectivamente.

b) Segmento de Renda Variável

As especificidades atuais do Plano impedem à aplicação de recursos no segmento de renda variável.

Na carteira de fundos de renda variável restou um resíduo a receber do Fundo SulAmérica Expertise I, cujo valor é irrelevante. Destaca-se como fato subsequente, que o resíduo foi recebido no mês de janeiro de 2020.

Atualmente a carteira de investimentos é composta pelas ações da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A.

A rentabilidade acumulada do segmento foi de 18,33% em 2019, em razão da valorização das ações da patrocinadora no mês de agosto de 2019.

c) Investimentos Estruturados

O segmento de investimentos estruturados representa 4,30% do total dos recursos garantidores do Plano, divididos entre fundos de participação, 84,59% e fundos multimercados, 15,41%. A rentabilidade acumulada no ano foi de 14,39%, superando à meta atuarial de 10,33%.

Os fundos multimercados têm sua política de investimentos determinada a mesclar à aplicação em variados mercados, como renda fixa, ações, câmbio, entre outros. A rentabilidade apurada em 2019 foi de 9,55%. Durante o segundo semestre do ano a exposição em fundos multimercados foi consideravelmente reduzida, com a finalidade de pagar folha de benefícios, em razão da redução da liquidez do Plano. Esta estratégia foi adotada para preservar os títulos públicos que possuem riscos bem menores e que, devido a sinalização do Banco Central do Brasil de mais cortes na taxa SELIC, tem possibilidade gerar melhores retornos. Em resumo, a estratégia adotada tem melhor relação entre o risco e retorno.

Os fundos de investimentos em participações (FIP) são constituídos sob a forma de condomínio fechado, que investem por meio de compra de participações em empreendimentos específicos. São projetos em fase de desenvolvimento. O Plano possui investimento em quatro FIP's. A rentabilidade apurada no ano de 2019 foi de 19,81%, com destaque para os fundos Lacan Florestal e Hamilton Lane que rentabilizaram 23,73% e 32,25%, respectivamente.

d) Imóveis

Os investimentos imobiliários da carteira estão divididos entre imóveis para aluguel e para venda. Os imóveis foram reavaliados por empresa qualificada contratada pela Mendesprev e tiveram o seu valor de mercado atualizado em dezembro de 2019. Os imóveis alugados rentabilizaram 9,15% em 2019. Os imóveis em estoque para venda registraram resultado negativo de 2,14% no mesmo período. No total, a carteira de imóveis rentabilizou 2,22%. Os ganhos do segmento vêm por meio de aluguel e reavaliação positiva dos imóveis. Por outro lado, os apartamentos em estoque geram despesas com condomínio, IPTU e manutenções.

Durante o segundo semestre de 2019 o mercado imobiliário começou a dar sinal de recuperação. O número de visitas aos apartamentos em estoque aumentou e, conseqüentemente, foram realizadas três vendas.

Em relação às unidades recebidas na permuta com a Construtora Masb, dos 96 apartamentos recebidos, 77

foram vendidos e 19 continuam em estoque, um apartamento que está em estoque foi vendido em 2019, porém o recebimento e a transferência da posse definitiva ao comprador aconteceram em 2020. O Plano também é proprietário de 14 vagas de garagem autônomas.

Referente a permuta com a construtora EVEN, a Mendesprev recebeu 22 apartamentos e tem apenas um em estoque. Em 2019 foi vendida um apartamento, porém outra unidade voltou para o estoque.

Vale ressaltar que a Mendesprev possui contrato ativo com imobiliárias cadastradas para a venda dos imóveis em estoque, além de manter as unidades anunciadas no site da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2019 o segmento de imóveis representava 10,54% dos recursos garantidores do Plano. A Resolução CNM 4.661, de maio de 2018, vetou à aquisição de novos imóveis e determinou que os imóveis em estoque devem ser vendidos ou transformados em fundos imobiliários, no período de doze anos.

e) Operações com Participantes

A carteira de empréstimos encontra-se, temporariamente, suspensa para novas concessões.

Os dois contratos que estavam ativos no início de 2019 foram quitados pelos participantes durante o ano, por isso, atualmente a carteira de empréstimos do PMB encontra-se sem saldo.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

No encerramento do ano de 2019 o ativo total do Plano Misto de Benefícios era de R\$ 410,8 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

- **Gestão Previdencial:** Constituída pelas contribuições mensais de Benefício Proporcional Saldado (BPS) e valores em Recuperação Judicial, no total de R\$ 3,3 milhões, que representam 0,79% do ativo total do Plano;
- **Gestão dos Investimentos:** Constituída pela carteira de investimentos e disponível, no total de R\$ 407,3 milhões, que representam 99,16% do ativo total do Plano;
- **Fundo Administrativo:** R\$ 201,1 mil.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos da seguinte maneira:

DESCRIÇÃO	RECURSOS PLANO	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	405.975	100,00%	-
Disponível	42	0,01%	-
Investimentos	407.281	100,32%	-
Renda Fixa	345.369	85,07%	100,00%
Títulos Públicos Federais	66.870	16,47%	100,00%
Títulos Públicos Federais	66.870	16,47%	100,00%
Demais Títulos de Renda Fixa	278.500	68,60%	80,00%
Títulos Públicos Estaduais	52.517	12,94%	10,00%
Títulos Públicos Municipais	25.297	6,23%	10,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	4	0,00%	-
Fundo de Investimento referenciado DI	2.862	0,70%	-
Notas Promissórias	741	0,18%	20,00%

Outros Realizáveis	197.079	48,54%	-
Renda Variável	1.671	0,41%	70,00%
Fundos de Investimentos em Ações	6	0,00%	35,00%
Demais Títulos de Ações	1.665	0,41%	35,00%
Investimentos Estruturados	17.441	4,30%	20,00%
Fundos de Investimentos em Participações	14.753	3,63%	10,00%
Fundos de Investimentos em Multimercados	2.687	0,66%	10,00%
Investimentos Imobiliários	42.800	10,54%	8,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	17.263	4,25%	20,00%
Imóveis em Estoque para venda	25.537	6,29%	20,00%
Exigível	230	0,32%	-
Exigível Operacional de Investimentos	1.348	0,32%	-

Tabela 4 - Total dos Recursos Garantidores do PMB por segmento e em %. Posição dezembro de 2019 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

O resultado acumulado, calculado pela variação da cota patrimonial, foi de 13,12% negativo, enquanto a meta atuarial no ano (INPC + 5,6% a.a.) foi de 10,33%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada aos principais índices de referência do mercado e a com a meta atuarial em 2019 e 2018, pode ser observada no gráfico abaixo:



Gráfico 1 - Rentabilidade dos ativos PMB em 2018 e 2019.

O Plano possui em sua carteira ativos de gestão própria e terceirizada. A gestão própria é composta por títulos públicos, direitos creditórios e imóveis. Os ativos da gestão terceirizada são aqueles aplicados por meio de fundos de investimentos. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos ativos entre a gestão própria e terceirizada.

PLANO MISTO	VALOR INVEST.	EM %	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	407.281		
GESTÃO PRÓPRIA [não discricionária]	386.968	95,01%	
Direitos Creditórios, Precatórios, Ações e Dividendos	276.558	67,90%	
Gestão Própria [livre movimentação]	110.410	27,11%	
GESTÃO TERCEIRIZADA [discricionária]	20.313	4,99%	

Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda	336	0,66%
Hamilton Lane Brasil	2.523	12,42%
Lacan Investimentos e Participações Ltda	9.883	48,65%
Sul América Investimentos S.A. DTVM	6	0,03%
Votorantim Asset Management DTVM	4.805	23,66%
Itaú Asset Management	73	0,36%
Bahia Asset	2.687	13,23%

Tabela 5 - Total dos Investimentos do PMB em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e de desempenho cobradas pelos fundos de investimentos da gestão terceirizada.

Nome do Fundo	Taxa Adm. a.a. (%)	Taxa de Performance	Tipo
FIP Brasil Energia Renovável	1,60%	20% sobre IPCA+8% a 10%aa; 25% sobre IPCA+10 a 12%aa e 30% sobre o excedente de IPCA+12%aa	IE
FIP BVEP PLAZA VOTORANTIM	2,5% a.a para as cotas classe "A"	20% sobre o que exceder IPCA + 8% a.a.	IE
FIP LACAN Florestal	1,00%	20% sobre o que exceder 10% + IPCA	IE
FIP BRAZIL HAMILTON LANE	Durante o período de investimento será de 1,25%, sendo reduzida em 0,05% a cada trimestre. Obs: a taxa média prevista de administração do Fundo é de 0,88%a.a.	10% sobre o que exceder IPCA + 9% a.a.	IE
Itaú Institucional RF Inflação 5 FIC	0,25%	-	RF
FIDC Multisetorial Master II (BVA)	0,20% a.a (mínimo de R\$ 15 mil por mês) - Taxa de gestão: escalonada - 022% sobre PL de até R\$ 50 MM; 0,195% de R\$ 50 a R\$ 150 MM, e ; 0,17% acima de R\$ 150MM	-	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI	0,25%	-	RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit. Renda Fixa CP	0,20%	-	RF
Sul América EXPERTISE FI Ações	1,50%	20% do que exceder o IVBX-2	RV
Bahia AM Marau FIC FIM	2,00%	20% do que exceder o CDI	MM

Tabela 6 - Taxa de Administração e performance dos fundos de investimentos do PMB

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do Plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Demonstra transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados a gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e

suas funções dentro do processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2020, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, aprovada pelo Conselho Deliberativo na reunião do dia 17/12/2019. A seguir, as principais premissas:

a) Meta Atuarial

É o objetivo de rentabilidade para os recursos do Plano que equilibra o ativo e o passivo, ou seja, é o retorno necessário para que os ativos consigam cobrir as obrigações para com seus participantes ao longo do tempo. Com a Resolução CNPC 15/2014, que altera a Resolução CGPC 18/2006, e da Instrução PREVIC nº 23/2015, substituta da Instrução nº 7/2015, estabeleceu que, a partir de 2016, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC deverão adotar taxa de juros real limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro. Para isso, a entidade deve elaborar estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros atuarial a ser utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais do Plano. Para definição desta taxa parâmetro, a PREVIC divulga anualmente a "Estrutura a Termo e Taxa de Juros Médios". Depois de realizados os estudos em consonância com a legislação, a meta atuarial definida para o encerramento de 2019 corresponde à variação do INPC, mais juros de 5,30% ao ano.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O estatuto da Mendesprev define que é da competência do Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do Plano, na condição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

É a pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O risco de crédito, mercado, liquidez e legal são identificados, avaliados e monitorados pela Entidade em

conjunto com a empresa de consultoria financeira contratada. O risco operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas Financeira e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos recursos

O objetivo de alocação dos recursos do Plano para o ano de 2020, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na tabela abaixo:

PLANO MISTO	Alocação		Objetivo 2020			
	2018 (%)	2019 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	82,98	84,75	41,50	100,00	88,31	100,00
Renda Variável	0,35	0,41	0,00	10,00	1,14	70,00
Imóveis	10,57	10,54	0,00	20,00	8,00	20,00
Empréstimos	0,01	0,00	0,00	2,50	0,00	15,00
Inv. Estrut.	6,14	4,30	0,00	15,00	2,55	20,00
Inv. no Exterior	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00

Tabela 7 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal – PMB

Na busca melhores resultados para 2020 com risco moderado, o limite de aplicação em fundos de investimentos multimercados passou de 10% para 15%. O limite legal é de 20%.

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano Misto de Benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, sendo permitidas apenas operações realizadas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o Plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o Plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesprev reafirma o compromisso de favorecer, sempre que possível, a aplicação de recursos em companhias que adotem em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de responsabilidade socioambiental, que são entendidos como o conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente.

PLANO CD DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano CD de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2009.0034-38.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento de 2019, a população do Plano CD de Benefícios era de 54 participantes, conforme especificado a seguir:

- Participantes ativos com vínculo empregatício: 23
- Participantes autopatrocinados: 16
- Participantes assistidos: 15

BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2019 o Plano CD de Benefícios pagou R\$ 201,8 mil em benefícios, assim distribuídos:

- Benefícios na forma de renda temporária: R\$ 147,8 mil;
- Benefícios na forma de renda vitalícia recalculada: R\$ 37,1 mil;
- Abono anual: R\$ 16,9 mil.

Além do pagamento de benefícios de aposentadoria, em 2019 o Plano pagou R\$ 229,1 mil aos participantes que, no ato do término do vínculo empregatício com as patrocinadoras, optaram pelo resgate das cotas ou pela portabilidade.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As contribuições previdenciais são de responsabilidade das patrocinadoras, dos participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistidos. Durante o ano foram provisionados R\$ 211,5 mil em contribuições previdenciais, assim distribuídas:

CONTRIBUIÇÃO	VALOR
Patrocinadora	60
Participantes Ativos	43
Autopatrocinados	105
BPD	-
Assistidos	4
TOTAL	212

Tabela 8 - Contribuições recebidas (Em R\$ mil)

Parte das contribuições das patrocinadoras e autopatrocinados são destinadas ao custeio administrativo do Plano. As contribuições dos assistidos e do BPD são integralmente para custeio administrativo do Plano.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas são compostas pela reserva de benefícios a conceder, que é segregada em reservas, formadas por contribuições das patrocinadoras e pelas contribuições dos participantes. Em dezembro de 2019 as provisões matemáticas do Plano eram de R\$ 4,6 milhões, sendo R\$ 2,7 milhões de saldo dos benefícios a conceder e R\$ 1,9 milhão de saldo de benefícios concedidos.

RESULTADO DO PLANO

O Plano CD de Benefícios tem característica de acúmulo de reserva financeira, por isso não apura superávit ou déficit. O saldo de conta é constituído individualmente por participante. O Plano apresentou rentabilidade de 14,39% em 2019, superando o índice de referência (meta) que foi de 9,18%.

A seguir a demonstração do resultado apurado em 2019:

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições correntes	211
Resultados de dívidas contratadas	64
Resultados dos investimentos	673
TOTAL DAS RECEITAS	948
Benefícios pagos e resgates de cotas	-431
Custeio administrativo	-36
Outras despesas	-26
Constituição / reversão das provisões atuariais	-455
TOTAL DAS DEDUÇÕES	-948
EQUILÍBRIO TÉCNICO	-

Tabela 9 – Apuração do resultado do Plano CD de Benefícios (RS mil)

PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas atuariais utilizadas para o encerramento do exercício foram:

- **Indexador do plano: INPC**

De acordo com a Política de Investimentos adotada pelo gestor, o INPC é utilizado como indexador para compor o índice de referência do Plano, índice que, junto com a taxa real de juros (INPC + 4,5% ao ano), melhor reflete a rentabilidade esperada dos recursos garantidores em 2019.

- **Taxa real anual de juros: 4,5%**

Em função da sua modalidade, os investimentos do Plano CD de Benefícios não possuem uma taxa de juros atuarial pré-estabelecida, espera-se que a sua rentabilidade supere o índice de referência (INPC + 4,50% ao ano).

- **Tábua de mortalidade: Geral AT-2000 (Basic suavizada em 100%)**

No caso do Plano CD de Benefícios, modalidade de contribuição definida, as hipóteses biométricas são aplicáveis somente para determinar o fator de conversão atuarial do saldo de conta do participante, que opta pela renda vitalícia recalculada na data da aposentadoria em benefício concedido, e, por consequência, no recálculo anual dos benefícios destes participantes.

Por causa da modalidade do Plano CD de Benefícios, os custos são individualizados e permanecem inalterados em relação ao exercício anterior. Não há presença do risco atuarial e o equilíbrio técnico se mantém.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

A Entidade mantém sua postura conservadora em relação aos investimentos do Plano CD de Benefícios, por isso, concentra a maior parte de seus recursos alocado no segmento de renda fixa. Em 2019 o segmento de renda fixa apurou rentabilidade de 18,25%, resultado acima do índice de referência do Plano (INPC + 4,5% ao ano), que foi de 9,18% e, também, acima do CDI que foi de 5,97% no mesmo período. O bom desempenho apurado é devido, principalmente, aos títulos públicos federais marcados a mercado que foram favorecidos pela queda da taxa SELIC.

b) Investimentos Estruturados

No segmento de investimentos estruturados, o Plano possui investimento no fundo multimercado Absolute Alpha Global, que durante o ano de 2019 apresentou rentabilidade de 8,70%, superando o CDI e ficando próximo do índice de referência, na comparação com o mesmo período.

c) Operações com Participantes

A carteira de empréstimo encontra-se temporariamente suspensa para novas concessões. O segmento de operações com participantes obteve retorno de 16,16% em 2019, porém o valor em carteira é irrelevante.

Em relação aos inadimplentes, a Mendesprev vem adotando todas as medidas necessárias para reaver os créditos, inclusive, via judicial. A solução definitiva demanda um tempo maior para ser resolvida. Os valores inadimplentes são atualizados e provisionados para perda, conforme determina a legislação. O saldo de inadimplentes é de R\$ 336,2 mil.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

O ativo total do Plano CD de Benefícios no encerramento do ano era R\$ 5,9 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Contribuições a receber e valores em recuperação judicial: R\$ 1,2 milhão, que representam 20,34% do ativo total;
- Investimentos e disponível: R\$ 4,5 milhões, que representam 76,27% do ativo total;
- Fundo Administrativo: R\$ 236,7 mil, que representam 3,39% do ativo total.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	4.449	100,00%	-
Disponível	1	0,01%	-
Investimentos	4.449	99,99%	-
Renda Fixa	4.041	90,83%	100,00%
Títulos Públicos Federais	2.767	62,19%	100,00%
<i>Títulos Públicos Federais</i>	2.767	62,19%	100,00%
Fundos Classificados em Renda Fixa	1.153	25,92%	-
<i>Fundo de Investimento referenciado DI</i>	18	0,40%	-
<i>Fundo de Investimento referenciado em crédito privado</i>	1.135	25,52%	-
Outros Realizáveis	121	2,72%	-
Investimentos Estruturados	405	9,10%	20,00%
<i>Fundos Multimercado</i>	405	9,10%	10,00%
Empréstimos	3	0,06%	15,00%

Tabela 10 - Total dos Recursos Garantidores do PCD por segmento e em %. Posição dezembro de 2019 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A rentabilidade acumulada calculada pela variação da cota patrimonial foi de 14,39%, enquanto que o índice de referência no ano (INPC + 4,5% a.a.) foi de 9,18%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada com os principais índices de referência do mercado e do Plano, em 2018 e 2019, pode ser observada no gráfico seguinte:

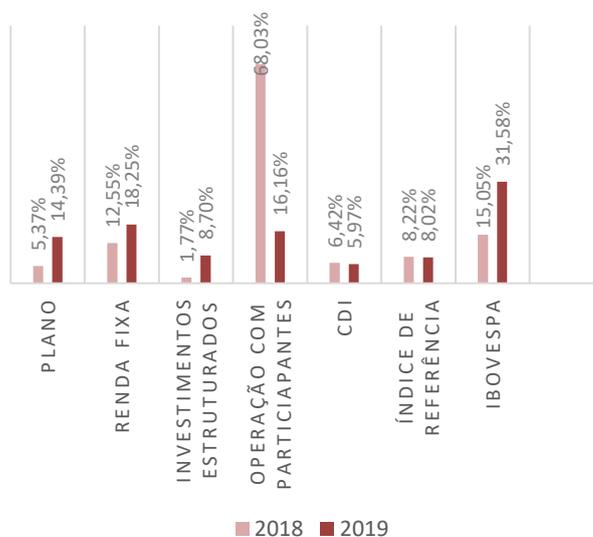


Gráfico 2 - Rentabilidade dos Ativos PCD em 2018 e 2019

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e de desempenho cobradas pelos fundos de investimentos, gestão terceirizada.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
NOME DO FUNDO	TAXA ADM A.A. (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Itaú Institucional RF Inflação 5 FIC	0,15%	-	RF
AZ Quest Luce FIC FI RF CP LP	0,40%	-	RF
Butiá Top CP FIC FIRF	0,70%	-	RF
Absolute Alpha Global FIC FIM	1,90%	20% do que exceder o CDI	MM

Tabela 11 - Taxa de Administração e Performance dos Fundos de Investimentos do PCD

A carteira de investimentos do Plano possui ativos de gestão própria e terceirizada. A gestão própria é composta por títulos públicos e carteira de empréstimos. Os ativos da gestão terceirizada são aqueles aplicados por meio de fundos de investimentos. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos ativos entre a gestão própria e terceirizada.

PLANO CD	VALOR INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.449	
GESTÃO PRÓPRIA	2.890	47,82%
GESTÃO TERCEIRIZADA	1.558	52,18%
Itaú Asset Management	18	
Az Quest	569	
Absolute	405	
Butiá Investimentos	567	

Tabela 12 - Total dos Investimentos do PCD em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do plano diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Demonstra transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e suas funções no processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2020, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, na reunião realizada no dia 17/12/2019. A seguir, as principais premissas:

a) Benchmark – Índice de Referência

O índice de referência do Plano, ou seja, o objetivo de rentabilidade para os recursos continuará sendo a variação do INPC acumulada com juros de 4,5% ao ano. Esse objetivo de rentabilidade foi determinado pelo atuário responsável pelo plano, como uma das premissas necessárias para o pagamento dos benefícios futuros.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

De acordo com o estatuto da Mendesprev foi definido que, é de competência de o Diretor Administrativo e Financeiro, a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do

Plano e a atribuição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ.

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

É a pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O Risco de Crédito, de Mercado, de Liquidez e Legal são identificados, avaliados e monitorados pela entidade em conjunto com a empresa especializada em consultoria financeira contratada. O Risco Operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas Financeira e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos Recursos

O objetivo de alocação dos Recursos dos Planos para o ano de 2019, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na tabela abaixo:

PLANO CD	Alocação		Objetivo 2020			
	2018 (%)	2019 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	90,65	90,84	45,00	100,00	87,32	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	10,00	2,74	70,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00
Empréstimos	0,07	0,06	0,00	10,00	0,00	15,00
Inv. Estrut.	9,26	9,10	0,00	15,00	9,94	20,00
Inv. no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00

Tabela 13 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal – PCD

Na busca melhores resultados para 2020 com risco moderado, o limite de aplicação em fundos de investimentos multimercados passou de 10% para 15%. O limite legal é de 20%.

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano CD de benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, permitidas apenas para operações feitas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários, integrantes das carteiras e fundos de investimentos exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do

papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesprev reafirma o compromisso de favorecer a aplicação de recursos disponíveis em investimentos de companhias que adotem, em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de

responsabilidade socioambiental. Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente, responsabilidades estas que não devem ser negligenciadas pelas empresas, pois além de ser obrigação constitucional, colabora diretamente para o bem da humanidade.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, e, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O PGA tem o objetivo de registrar e dar transparência às atividades relacionada a administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O patrimônio do PGA é constituído por receitas (previdenciais, investimentos e diretas), reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas no Fundo Administrativo.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

Os recursos do PGA estão concentrados no segmento de renda fixa, já que o objetivo principal não é rentabilizar, e sim, preservar os seus recursos, mantendo a liquidez necessária para honrar as obrigações administrativas da Entidade.

O *Benchmark* do Plano é o CDI. No consolidado, a renda fixa rentabilizou 96,41% do CDI. A rentabilidade apurada para o ano de 2019 foi de 5,75%.

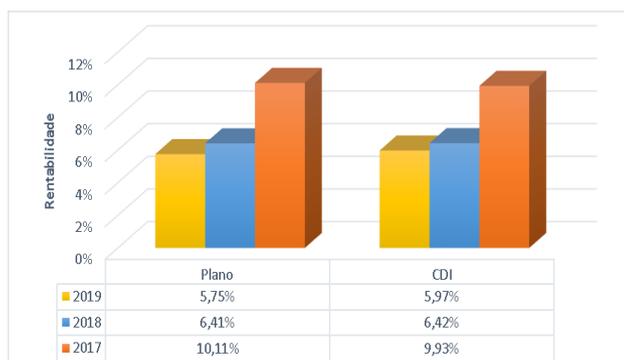


Gráfico 3 - Rentabilidade dos Ativos PGA 2017 a 2019.

A tabela seguinte tem a finalidade de demonstrar à alocação dos recursos e o limite legal frente a Política de Investimentos:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	532	100,00%	
Disponível	8	1,15%	
Investimentos – Renda Fixa	524	98,49%	100,00%
Fundo de Investimento DI	524	98,49%	

Tabela 14 - Total dos Investimentos do PGA por segmento e em % (Em R\$ mil)

O Plano possui em sua carteira somente ativo de gestão terceirizada, que são aqueles aplicados por meio de fundos de investimentos. A tabela a seguir apresenta os ativos da gestão terceirizada:

PGA	VALOR INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	524	
GESTÃO PRÓPRIA	0	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	524	100,00%
Itaú Asset Management	323	60,66%
Votorantim	201	37,83%

Tabela 15 - Total dos Investimentos do PGA em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

A tabela seguinte apresenta as taxas de administração e performance cobradas pelos fundos de investimento, da gestão terceirizada:

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
NOME DO FUNDO	TAXA ADM. A.A. (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Institucional Active FIX IB	0,30%	n/a	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FI	0,20%	n/a	RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit. Renda Fixa CP	0,205	n/a	RF

Tabela 16 - Taxa de Administração e Performance do Fundo de Investimento do PGA

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Conselho Deliberativo da Mendesprev é responsável pela aprovação das diretrizes do PGA, bem como, o orçamento da Gestão Administrativa.

Assim como nos anos anteriores, em 2019 as entradas de recursos para custear as despesas administrativas continuaram reduzindo, devido à diminuição de participantes nos Planos de Benefícios. Por isso, foi necessidade de utilizar recursos oriundos da rentabilidade do Plano Misto de Benefícios - PMB.

Na comparação com o ano anterior, durante o ano de 2019 houve redução das despesas administrativas, isso sem considerar a inflação do período. A gestão da Entidade tem se empenhado na busca de reduzir as despesas administrativas sem afetar a qualidade dos serviços prestados.

A seguir detalhamento das despesas administrativas realizadas durante o exercício, bem como as fontes de custeio utilizadas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Pessoal	1.965
Diretoria Executiva	1.094
Áreas funcionais	871
Serviços Terceirizados	488
Auditoria externa	36
Serviços de tecnologia da informação	204
Consultoria previdencial e atuarial	173
Outros Serviços	75
Educação financeira e previdenciária	6
Tributos e taxas	187
Manutenção da sede	48
Outras despesas	94
TOTAL	2.788
CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	
Plano Misto de Benefícios	2.907

Plano CD de Benefícios	35
Recursos do próprio PGA	18
TOTAL	2.960
CONSTITUIÇÃO DE FUNDO ADMINISTRATIVO	- 172
DESPESAS POR ÁREA	
Administração da gestão previdencial	1.487
Administração da gestão de investimentos	1.301
TOTAL	2.788

Tabela 17 – Custeio Administrativo (Em R\$ mil)

OUTRAS INFORMAÇÕES

ELEIÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DA MENDESPREV

Em março de 2020, obedecendo às determinações contidas em seu estatuto, a Mendesprev promoveu a eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Foi instituída a comissão eleitoral que disciplinou, fiscalizou e validou todo o processo. A eleição aconteceu conforme o previsto no Regulamento Eleitoral e o resultado foi o seguinte:

Conselho Deliberativo

- Carlos Alberto da Silva Oliveira – Titular;
- Mário Lúcio Souza Avelar – Titular;
- Múcio Cordeiro de Melo – Suplente;
- Fausto Jiran Flecha – Suplente.

Conselho Fiscal

- Miguel Francisco Gregório – Titular;
- Adriano Antônio de Oliveira – Titular.

O isolamento social, motivado pelo atual cenário de pandemia mundial em decorrência da COVID-19, adiou a realização da posse dos conselheiros, que estava prevista para o dia 01.04.2020. Também adiou a posse dos conselheiros indicados pelas patrocinadoras.

A Diretoria Executiva aguarda o momento adequado para realização da posse dos conselheiros e da nova Diretoria Executiva, que terão o mandato até 31.03.2023. Assim que os conselheiros forem empossados, a Mendesprev comunicará aos participantes, por meio de seu site.

Para que não haja solução de continuidade da Mendesprev, em consonância com seu Estatuto, os atuais membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a Diretoria Executiva permanecerão no exercício das funções, até que seja possível realizar a posse dos novos eleitos e indicados pelas patrocinadoras.

CORONAVÍRUS (COVID-19)

Diante do grave cenário decorrente da pandemia da COVID-19, instalou um cenário de calamidade pública e de quarentena decretada pelos órgãos públicos. Em razão do cenário estabelecido pela pandemia, a Mendesprev teve que se adaptar ao isolamento social sem deixar de cumprir suas funções e atendimento aos seus participantes.

Desde 19.03.2020 a equipe da Mendesprev está trabalhando em home office, por meio de acesso remoto, comparecendo nas instalações físicas quando necessário. Os atendimentos aos participantes permanecem pelos canais “Fale Conosco” e por contato telefônico e pelo e-mail da Mendesprev.

Para manter o processo de governança da Mendesprev, as reuniões indispensáveis da Diretoria Executiva, dos

conselhos Deliberativo e Fiscal tem acontecido por meio de vídeo conferência ou via telefone.

Referente aos imóveis à venda, estes permanecem anunciados pelas das corretoras credenciadas e por anuncio no *site* da Mendesprev. A área Financeira da Mendesprev tem atendido aos corretores por meio de correio eletrônico e por telefone.

Em função do estado de calamidade pública, os inquilinos dos imóveis alugados têm procurado a Mendesprev para negociar descontos no período da crise. A Mendesprev tem analisado cada caso.

A crise gerada pela pandemia impactou os resultados das carteiras de investimentos dos planos de benefícios no mês de março. A Mendesprev, em conjunto com a consultoria financeira terceirizada, tem monitorado os investimentos.

PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL

O Conselho Deliberativo da MENDESPREV, conforme consta da Ata da 362ª Reunião Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2019, aprovou, de forma parcialmente condicionada, o Plano de Ação Emergencial com intuito de mitigar riscos de liquidez do Plano Misto de Benefícios - PMB.

O Plano de Ação tem por finalidade buscar alternativas emergenciais para a manutenção do pagamento dos benefícios previdenciários garantidos pelo Plano Misto de Benefícios – PMB, até que os ativos sem previsão de liquidez sejam recebidos pela Mendesprev e inclui proposição cujo implemento dependeu de consulta aos participantes nos termos e condições especificadas.

Com base no Plano de Ação Emergencial foi realizado no dia 25 de outubro de 2019 o Referendo, com o objetivo de apresentar aos participantes a proposta de retenção de parte dos benefícios por dois anos, prorrogável por mais um período de dois anos, para posterior devolução, conforme regras estipuladas.

O resultado final do Referendo representou franca e massiva adesão e compreensão dos participantes do Plano quanto à situação apresentada e ratificaram as soluções propostas

Na sequência os documentos do Referendo foram enviados a unidade da PREVIC em Belo Horizonte demonstrando de forma sustentada, que a tomada de decisão foi precedida da realização de estudos técnicos atuariais e, fundamentada na legislação vigente, conferindo legalidade e legitimidade nas ações.

A PREVIC ainda não validou o plano de ação emergencial. O processo está em discussão na Diretoria Colegiada da PREVIC – Brasília.

A retenção foi implantada a partir da folha de benefícios paga em janeiro de 2020. Os valores retidos serão atualizados pelo INPC.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária tem papel importante na sociedade, no sentido de orientar os trabalhadores, estudantes e demais pessoas sobre a melhor maneira de gerenciar suas finanças de acordo com o perfil de renda e consumo para que possam poupar e garantir uma boa renda após o período laboral. Propicia uma cultura necessária para que as pessoas possam compreender a importância do controle financeiro, gerir orçamentos familiares e uma poupança programada a médio e ao longo prazo.

Além da conscientização dos trabalhadores, torna-se de extrema importância que o governo adote políticas de incentivo aos investimentos, viabilize o crédito com juros mais decentes, tudo isso de forma a propiciar que a economia retome ao caminho do crescimento e possa assim gerar empregos, pagar impostos e salários.

A Mendesprev busca excelência na gestão dos seus planos de benefícios e acredita que a educação financeira e previdenciária potencializa a valorização do relacionamento com os seus participantes, levando à difusão de informações e do conhecimento e engrandecem os valores institucionais da entidade.

O ano de 2019 passou por altos e baixos no âmbito econômico, contando com reduções sucessivas dos juros, altas e quedas históricas do dólar e o preço disparado da carne bovina para o consumidor final. Foi um início de ano de incertezas quanto a aprovação da Reforma da Previdência, extremamente importante para economia do país.

Com a aprovação da Reforma da Previdência, no segundo semestre de 2019, foi concedido um fôlego à economia do país, caso ela não ocorresse, segundos os especialistas, no segundo semestre de 2022, o país afundaria em uma profunda recessão.

O cenário a partir da aprovação da reforma, mesmo que conservador, passou a ser mais otimista em vários aspectos. Outro fato positivo do governo em 2019, foi o lançamento de outras ações como a abertura comercial, privatizações, reformas tributárias, mudanças nas leis, que diminuíram a burocracia no ambiente de negócios, estabilizou as contas públicas, retomou a confiança dos empresários, atraiu investimentos para o país, e criou, acima de tudo, um ciclo positivo para a economia.

As reformas aconteceram em vários segmentos, e, com as fundações de entidades de previdência privada, não foram diferentes.

O país ainda carrega o reflexo da recessão em que o país atravessou, desde 2015, desempregos e diminuição da

capacidade de poupança das pessoas, já o segundo semestre de 2019, apresentou uma capacitação de melhora do brasileiro em poupar.

A Mendesprev encontra dificuldades para elaboração de programas de educação financeira e previdenciária, em razão do cenário financeiro em que as patrocinadoras atravessam, com demissões e sem novas contratações, juntamente com a crise econômica e política que atravessa o país.

Com o objetivo de conscientizar os seus participantes e funcionários sobre a cultura previdenciária e financeira, seus direitos e deveres, por meios de treinamentos, palestras e divulgação de conteúdo no site, a Mendesprev chama atenção para a importância de se planejar para receber uma complementação de aposentadoria de acordo com as necessidades de cada um. Promover um estilo de vida financeira saudável, adotando hábitos de consumo consciente, crédito responsável e melhor uso do dinheiro, contribuindo assim para o desenvolvimento da inteligência financeira dos seus participantes e a melhora da produtividade de seus funcionários. As atividades e ações levaram em consideração as dificuldades do momento, a necessidade de reduzir custos dentro de um cenário de rigidez que o quadro atual exige e impõe aos dirigentes.

Em 2019 foram realizadas ações de educação financeira e previdenciária, com destaque para:

- Participação na reunião da Associação de Participantes Ativos e Assistidos - APOSMENDES, para palestra e apresentação do desempenho dos planos;
- Certificações e Treinamentos aos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- Treinamento e orientação a Dirigentes e colaboradores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Disponibilidade de informações e esclarecimentos sobre educação financeira, por meio do endereço eletrônico (site Mendesprev);
- Divulgação no site da entidade sobre assuntos relevantes da Mendesprev, bem como matérias relacionadas à Educação Financeira e Previdenciária; tais como, planilhas de orçamento doméstico, dicas de leituras, finanças, investimentos e outros.
- Divulgação no site da entidade aos participantes sobre 5ª Semana ENEF (Semana Nacional de Educação Financeira).

COLABORAÇÃO DA DIRETORA DA MENDESPREV MÁRLEY DE CASTRO COMO DIRIGENTE DO SINDAPP TRIÊNIO - (2017/2019).

Entrevista com a Diretora de Seguridade da Mendesprev, Márley Janaina de Castro ao Jornal Complemento do SINDAPP, Edição Novembro / dezembro-2019, ela avalia a gestão da Diretoria do SINDAPP no triênio.

A gestão 2017/2019 foi encerrada em dezembro de 2019, com todas as metas cumpridas.

Com o objetivo de consolidar a Autorregulação, divulgar o Seguro D&O, discutir sobre as questões éticas e a representações sindicais nos estados, além de colaborar com o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Previdência Complementar.



Publicação do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Novembro/Dezembro de 2019



CHAPA "ÉTICA E FOMENTO" É ELEITA PELAS ASSOCIADAS

Ex-presidente da Abrapp, José de Souza Mendonça assumirá a liderança do Sindicato a partir de 2020. [\(+\)](#)

MAIS NOTÍCIAS



DIRETORIA SE DESPEDE COM 100% DAS METAS CUMPRIDAS

Foram 16 entregas e ações realizadas com atuação do SINDAPP, dentro do planejamento estratégico integrado da gestão 2017-2019. [\(+\)](#)

SINDAPP EM AÇÃO

AÇÃO FACE AO TCU

SINDAPP discute com associadas proposição de ação referente à fiscalização dos Tribunais de Contas. [\(+\)](#)

BOAS PRÁTICAS

VEM AÍ: NOVO E-BOOK

Comissão de Ética prepara nova publicação para as EFPCs, desta vez sobre conflito de interesses. [\(+\)](#)



A MENDESPREV INCENTIVA A LEITURA AOS SEUS PARTICIPANTES

QUE TAL LER UM BOM LIVRO?

A leitura é uma ótima maneira de obter conhecimento nas áreas financeiras e previdenciárias. Essa é uma prática indispensável para qualquer pessoa, quer seja um profissional, estudante ou empreendedor.

A seguir, sugestões de livro:

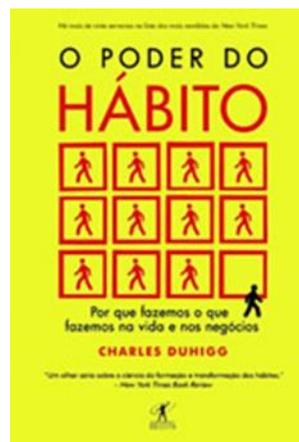


Como organizar sua vida financeira.

Gustavo Cerbasi
Elsevier Editora

Por que organizar sua vida financeira? A resposta é simples: para você ter maior controle sobre seu dinheiro, maior consciência sobre suas escolhas e maior eficiência no uso de sua renda. Mas, se você se sente financeiramente equilibrado mesmo sem praticar conscientemente sua organização financeira, talvez se pergunte se vale a pena dedicar tempo a uma nova rotina de controles pessoais. Afinal, controlar exige tempo: tempo é escasso e tem grande valor nos dias de hoje.

Certamente vale a pena investir seu tempo, pois, quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, menos dúvida terá na hora de fazer escolhas de consumo, investimento e realizações pessoais, e mais eficientes serão essas escolhas. Além disso, quanto mais exercitar sua organização financeira, mais disciplinada será sua vida e, com isso, mais organização você terá em outros níveis.



O PODER DO HÁBITO

Autor: Duhigg, Charles
Editora: Objetiva

Segundo o autor, a chave para se exercitar regularmente, perder peso, educar os filhos, tornar-se mais produtivo, criar empresas revolucionárias e alcançar o sucesso é entender como os hábitos funcionam. Ele procura mostrar que, ao dominar esta

ciência, todos podem transformar suas empresas e suas vidas.



Sonho Grande
Cristiane Correa
Editora Sextante

A obra é o relato detalhado dos bastidores da trajetória de três empresários que alcançaram o sucesso profissional. O livro narra a história de como Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, todos entre os 10 homens mais ricos do Brasil, aplicaram o seu modelo de gestão em uma série de empresas que estiveram à frente em suas carreiras.

Os empresários ergueram, em pouco mais de quatro décadas, o maior império da história do capitalismo brasileiro e ganharam uma projeção sem precedentes no cenário mundial.

Nos últimos cinco anos eles compraram nada menos que três marcas americanas conhecidas globalmente: Budweiser, Burger King e Heinz. Tudo isso na mais absoluta discrição, esforçando-se para ficar longe dos holofotes. A fórmula de gestão que desenvolveram, seguida com fervor por seus funcionários, se baseia em meritocracia, simplicidade e busca incessante por redução de custos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS

Apresentamos as demonstrações contábeis e financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e da aprovação do Conselho Deliberativo.

As Notas Explicativas são partes integrantes as demonstrações contábeis e estão publicadas no site da Entidade, no seguinte endereço:

www.mendesprev.org.br > Área do Participante > Documentos para download > Documentos Contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
DISPONÍVEL (Nota 4.1)	<u>50</u>	<u>61</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>6.220</u>	<u>5.016</u>
			Gestão Previdencial (Nota 4.6)	4.750	4.658
REALIZÁVEL	<u>416.673</u>	<u>520.988</u>	Gestão Administrativa (Nota 4.7)	388	358
Gestão Previdencial (Nota 4.2)	4.422	110.945	Gestão Investimento (Nota 4.8)	1.082	-
Investimentos (Nota 4.4)	<u>412.251</u>	<u>410.043</u>	PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>410.520</u>	<u>516.053</u>
Títulos Públicos	147.450	135.846	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>409.034</u>	<u>514.907</u>
Créditos Privados e Depósitos	741	1.539	Provisões Matemáticas (Nota 4.9)	545.450	535.019
Ações	1.665	1.406	Benefícios Concedidos	533.074	520.355
Fundos de Investimento	22.395	57.343	Benefícios a Conceder	12.376	14.664
Investimentos Imobiliários	42.800	42.860	Equilíbrio Técnico (Nota 4.10)	-136.416	-20.112
Empréstimos	3	39	Resultados Realizados	-136.416	-20.112
Depósitos Judiciais	11.658	11.079	(-) Déficit Técnico Acumulado	-136.416	-20.112
Outros Realizáveis	185.539	159.931			
PERMANENTE	<u>17</u>	<u>20</u>	Fundos (Nota 4.13)	<u>1.486</u>	<u>1.146</u>
Imobilizado (Nota 4.5)	1	2	Fundos Previdenciais	996	829
Intangível (Nota 4.5)	16	18	Fundos Administrativos	438	265
			Fundos dos Investimentos	52	52
TOTAL DO ATIVO	416.740	521.069	TOTAL DO PASSIVO	416.740	521.069

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL (CONSOLIDADO)

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	516.053	517.494	-0,28%
1. Adições	63.604	55.786	14,01%
(+) Contribuições Previdenciais	11.994	11.663	2,84%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	48.649	41.843	16,27%
(+) Receitas Administrativas	2.943	2.242	31,27%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	18	38	-52,63%
2. Destinações	-169.137	-57.227	195,55%
(-) Benefícios	-48.110	-54.339	-11,46%
(-) Provisão p/perda - Gestão Previdencial	-118.239	-	-
(-) Despesas Administrativas	-2.788	-2.888	-3,46%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	-105.533	-1.441	7223,59%
(+ / -) Provisões Matemáticas	10.431	-3.811	-373,71%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	-116.304	3.508	-3415,39%
(+ / -) Fundos Previdenciais	167	-530	-131,51%
(+ / -) Fundos Administrativos	172	-608	-128,29%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	410.520	516.053	-20,45%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	510.618	509.285	0,26%
1. Adições	59.796	52.865	13,11%
(+) Contribuições	11.820	11.485	2,92%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.976	41.380	15,94%
2. Destinações	-165.957	-51.532	222,05%
(-) Benefícios	-47.653	-51.373	-7,24%
(-) Provisão p/perda - Gestão Previdencial	-118.239	-	-
(-) Custeio Administrativo	-65	-159	-59,12%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo Líquido (1+2)	-106.162	1.333	-8064,14%
(+ / -) Provisões Matemáticas	10.142	-2.175	-566,30%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	-116.304	3.508	-3415,39%
4. Operações Transitórias	-	-	-
(+ / -) Operações Transitórias	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	404.456	510.618	-20,79%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	239	77	210,39%
(+ / -) Fundos Administrativos	201	39	415,38%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	38	38	0,00%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.118	7.284	-29,74%
1. Adições	948	841	12,72%
(+) Contribuições	275	377	-27,06%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	673	464	45,04%
2. Destinações	-493	-3.007	-83,60%
(-) Benefícios	-457	-2.966	-84,59%
(-) Custeio Administrativo	-36	-41	-12,20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	455	-2.166	-121,01%
(+ / -) Provisões Matemáticas	285	-1.636	-117,42%
(+ / -) Fundos Previdenciais	170	-530	-132,08%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	5.573	5.118	8,89%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	251	241	4,15%
(+ / -) Fundos Administrativos	237	227	4,41%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	14	14	0,00%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
1. ATIVOS	410.781	515.575	-20,33%
Disponível	42	58	-27,59%
Recebível	3.458	109.855	-96,85%
Investimento	407.281	405.662	0,40%
Títulos Públicos	144.684	133.538	8,35%
Créditos Privados e Depósitos	741	1.539	-51,85%
Ações	1.665	1.406	18,42%
Fundos de Investimento	20.313	55.381	-63,32%
Investimentos Imobiliários	42.800	42.868	-0,16%
Empréstimos	-	37	-
Depósitos Judiciais	11.658	11.079	5,23%
Outros Realizáveis	185.420	159.814	16,02%
2. OBRIGAÇÕES	6.086	4.880	24,71%
Operacional	6.086	4.880	24,71%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	239	77	210,39%
Fundos Administrativos	201	39	415,38%
Fundos de Investimentos	38	38	0,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	404.456	510.618	-20,79%
Provisões Matemáticas	540.872	530.729	1,91%
Déficit Técnico	-136.416	-20.112	578,28%
6. APURAÇÃO DO EQUILIBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-136.416	-20.112	578,28%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-136.416	-20.112	578,28%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
1. ATIVOS	5.853	5.380	8,79%
Disponível	-	1	-
Recebível	1.404	1.357	3,46%
Investimento	4.449	4.022	10,62%
Títulos Públicos	2.767	2.308	19,89%
Fundos de Investimento	1.558	1.594	-2,26%
Empréstimos	3	3	0,00%
Outros Realizáveis	121	117	3,42%
2. OBRIGAÇÕES	29	21	38,10%
Operacional	29	21	38,10%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	251	241	4,15%
Fundos Administrativos	237	227	4,41%
Fundos de Investimento	14	14	0,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	5.574	5.118	8,91%
Provisões Matemáticas	4.578	4.289	6,74%
Fundos Previdenciais	996	829	20,14%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidado - Código: 9970.0000-00

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidado - Código: 9970.0000-00

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Varição %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	266	874	-69,57%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.960	2.281	29,77%
1.1. Receitas	2.960	2.281	29,77%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	101	200	-49,50%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.842	2.042	39,18%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	17	39	-56,41%
2. Despesas Administrativas	-2.789	-2.888	-3,43%
2.1. Administração Previdencial	-1.487	-944	57,52%
Pessoal e encargos	-957	-482	98,55%
Treinamentos/congressos e seminários	-3	-1	200,00%
Viagens e estadias	-1	-	-
Serviços de terceiros	-373	-312	19,55%
Despesas gerais	-75	-91	-17,58%
Depreciações e amortizações	-9	-11	-18,18%
Tributos	-69	-47	46,81%
2.2. Administração de Investimentos	-1.302	-1.944	-33,02%
Pessoal e encargos	-1.008	-1.589	-36,56%
Treinamentos/congressos e seminários	-3	-2	50,00%
Viagens e estadias	-1	-1	0,00%
Serviços de terceiros	-132	-130	1,54%
Despesas gerais	-80	-149	-46,31%
Depreciações e amortizações	-9	-14	-35,71%
Tributos	-69	-59	16,95%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	171	-608	-128,13%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	171	-608	-128,13%
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	437	266	64,29%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	410.580	515.536	-20,36%
1. Provisões Matemáticas	540.872	530.730	1,91%
1.1. Benefícios Concedidos	531.171	518.655	2,41%
Benefício Definido	531.171	518.655	2,41%
1.2. Benefícios a Conceder	9.701	12.075	-19,66%
Contribuição Definida	2.520	3.630	-30,58%
Saldo de contas - parcela patrocinadores	1.260	1.815	-30,58%
Saldo de contas - parcela participantes	1.260	1.815	-30,58%
Benefício Definido	7.181	8.445	-14,97%
2. Equilíbrio Técnico	-136.416	-20.112	578,28%
2.1. Resultados Realizados	-136.416	-20.112	578,28%
(-) Déficit técnico acumulado	-136.416	-20.112	578,28%
3. Fundos	38	38	0,00%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	38	38	0,00%
4. Exigível Operacional	6.086	4.880	24,71%
4.1 Gestão Previdencial	4.738	4.650	1,89%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1.348	230	486,09%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2019 e 2018 – Valores expressos em R\$ mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

Descrição	2019	2018	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	5.617	5.153	9,00%
1. Provisões Matemáticas	4.578	4.289	6,74%
1.1. Benefícios Concedidos	1.902	1.700	11,88%
1.2. Benefícios a Conceder	2.676	2.589	3,36%
Contribuição Definida	2.676	2.589	3,36%
<i>Saldo de contas - parcela patrocinadores</i>	622	606	2,64%
<i>Saldo de contas - parcela participantes</i>	2.054	1.983	3,58%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	1.010	843	19,81%
3.1 Fundos Previdenciais	996	829	20,14%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	14	14	0,00%
4. Exigível Operacional	29	21	38,10%
4.1 Gestão Previdencial	29	21	38,10%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores, participantes e patrocinadores da
Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019, a demonstração consolidada da mutação do patrimônio social, a demonstração do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Mendesprev Sociedade Previdenciária** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Incerteza Material relacionado com a continuidade

Chamamos a atenção para os seguintes fatos:

1- Conforme mais detalhadamente descrito na nota explicativa 4.2.1, até novembro de 2019, o saldo da rubrica "Gestão Previdencial" que era substancialmente representado pelo "Contrato de parcelamento de dívida, constituição de garantias e outras avenças", celebrado em 31 de agosto de 2015 e seu aditivo firmado em 30/09/2016 tratando de prorrogação de prazos de vencimento e de ampliação de garantias, foi quitado em 01/12/2019 mediante recebimento de dação em pagamento de Direito Creditório que a principal Patrocinadora tem na ação

de cobrança que move contra o Estado do Maranhão. Referida dação está representada por "Contrato por dação" que será protocolado perante o juízo da 2ª Vara da Fazenda da Comarca de São Luiz- MA, tendo requerido ao Poder Judiciário do Maranhão que o precatório seja expedido em nome da Entidade.

O valor da cessão de direito recebida da Mendesprev, no dia 01/12/2019, era de R\$116,4 Milhões e na data de encerramento do balanço era de R\$118,2 milhões. Entretanto, por meio do Ofício número 2/2020/ERMG//DIFIS, a PREVIC determinou a baixa contábil do saldo total do contrato de dação, reconhecendo como provisão para perda, com base no princípio contábil da prudência e na Resolução CFC 2018/RevisãoNBC01 de 06/11/2018. A Mendesprev aguarda a conversão do direito creditório em precatório afim de que esse valor possa ser revertido como ativo do Plano.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2- Conforme mencionado na nota explicativa 4.2.4, em 11 de março de 2016, foi deferido o processo de recuperação judicial da Mendes Junior Trading Engenharia S.A., o qual incluiu os créditos decorrentes de: (i) Acordo de Confissão de Débitos Previdenciários/Parcelamento e Compromisso de garantia – 31/03/2015 (nota explicativa 4.2.2); (ii) Contrato de dívida do PCD (nota explicativa 4.2.3).

No plano de recuperação judicial da Patrocinadora, os créditos que a Mendesprev tinha a receber foram classificados como "quirografários", ou seja, créditos simples e sem garantia real, com pagamento com deságio e a longo prazo. A Administração da Mendesprev, por entender que os créditos que detinha tratavam-se de verba alimentícia, passou a questionar tal classificação junto à Administradora Judicial.

Em 25 de janeiro de 2018 a Patrocinadora apresentou nova proposta que foi aprovada em 17/05/2018 e manteve o crédito da Mendesprev como quirografário, mas a Mendesprev ainda aguarda a decisão do Juízo para reclassificação do crédito para a classe trabalhista (alimentícia). Foi impetrada uma ação judicial para que esse crédito fosse reclassificado devidamente. O novo Plano estipulou duas opções para o recebimento do crédito quirografário. Por motivo de liquidez financeira, a Mendesprev decidiu pela opção 2, pois mesmo com o deságio maior, o prazo de recebimento é bem menor. Na classe trabalhista não há determinação de deságio e o recebimento seria imediato. Outro ponto relevante do Plano, foi a determinação da atualização do crédito pelo INPC, sem acréscimo de juros. Com isso, foi necessário alterar a forma de atualização e reconhecer a diferença apurada do início da recuperação judicial até a homologação do Plano, com deságio de 40%, que foi reconhecido contabilmente pela Mendesprev em novembro de 2018.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 3- Conforme descrito na nota explicativa 4.4.8, em 11 de abril de 2017, o Juiz da 24ª Vara Federal do Estado de Minas Gerais determinou o bloqueio de contas correntes e investimentos da Mendesprev no valor de R\$ 10 Milhões. Os bloqueios referem-se aos autos da Execução Fiscal nº 0007266-27.1997.4.01.3800, onde a Fazenda Nacional move em face dos representantes da Mendes Junior Engenharia S.A., que em decisão entende que há ineficácia em relação ao credor exequente de cessão de crédito de precatórios em favor da Mendesprev, estando contabilizados sob a rubrica “Valores Bloqueados Judicialmente”. No mês de novembro, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar, os valores bloqueados judicialmente foram reclassificados do grupo “Outros Realizáveis” para “Depósitos Judiciais” no montante de 11,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. A Diretoria Executiva da Mendesprev tomou providências cabíveis junto a Patrocinadora e, contratou consultoria jurídica, tendo impetrado os recursos cabíveis para liberação da quantia constricta. A realização desse ativo está sujeita ao desenvolvimento favorável do plano de recuperação judicial da principal Patrocinadora.
- Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 4- Conforme mais detalhadamente descrito na nota explicativa 4.4.9 a rubrica “Outros Realizáveis” está representada por direito creditório repassado em juízo pela patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. em pagamentos de contribuições para planos de benefícios vencidas e não pagas. Referido direito creditório é decorrente de Ação de Execução Judicial movido pela Mendes Junior Engenharia S.A. contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, referente ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio. Em 02 de junho de 2015 o juiz da 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, emitiu e encaminhou à Comarca de Recife/PE, carta precatória contendo despacho judicial, onde solicita a penhora no rosto dos Autos nº 001.1995.086019-1/000 e 0086019-37.1995.8.17.0001, que tramita perante a 12ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE, de montante suficiente para fazer face a lide.
- Com base em parecer jurídico, a Mendesprev reconheceu que ao aceitar como pagamento o direito creditório repassado em juízo, a Patrocinadora deixou de ser devedora, portanto, classificou o valor de R\$ 102,3 milhões no grupo de “Outros Investimentos”. A atualização, dos valores, continuou a mesma, IGP-M acrescidos de 8% ao ano, perfazendo um montante de R\$ 185,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. A realização desse ativo está sujeita ao desfecho final favorável da referida ação.
- Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 5- Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, o plano misto de benefícios, relativo ao exercício findo em 31/12/2019 apresenta um déficit atuarial no valor de R\$ 136,4 Milhões, que de conformidade com o Parecer Atuarial, com o qual concordamos, foram decorrentes das perdas atuariais referentes à alteração da taxa de juros de 5,6% ao ano para 5,3% ao ano, ao recálculo das provisões em dezembro de 2019, as quais representaram aumentos nas provisões de 2,56% em comparação com as provisões apuradas em 31/12/2018, mas principalmente devido à Provisão para Perdas no montante de R\$118.239.102,52 referente ao Direito Creditório do Maranhão. (Nota Explicativa 4.2.1).
- Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
 - Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas

relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 24 de março de 2020.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.

CRC-01-MG-4553 – O

CVM- 2682

**Alexandre Oliveira
Chagas**

Responsável Técnico

CRC-MG- 075751- O

**Fernanda Filizzola M.
Santos Martins**

Contadora

CRC-MG – MG-
113796/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

As demonstrações contábeis foram analisadas pelo Conselho Fiscal e o parecer foi emitido em 06 de abril de 2020, de maneira *online*, com os seguintes dizeres:

“No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mendesprev Sociedade Previdenciária, em reunião realizada nesta data, por meio online, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e com base nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios e Plano CD de Benefícios, emitidos pelo atuário Thiago Fialho de Souza, em 12 de març o de 2020, entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as mutações patrimoniais e os resultados de suas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar. Ante o exposto, concluímos que as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária reúnem as condições necessárias para **serem aceitas e aprovadas por este Conselho Fiscal**, em cumprimento com o que determina o Estatuto da Entidade, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo”.

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Mendesprev são: João Bosco de Albuquerque Pinto Coelho (presidente), Maria Bernadete Belizário Maia e Geraldo José de Mello.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo e o manifesto foi emitido em 13 de abril de 2020, por meio de reunião *online*, com os seguintes dizeres:

“Comunicamos a Diretoria Executiva da **Mendesprev Sociedade Previdenciária**, para conhecimento e providências, que em reunião realizada em 13 de abril de 2020, por meio *online*, o Conselho Deliberativo manifesta favoravelmente a aprovação das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos seguintes termos:

O Conselho Deliberativo, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das

Provisões Técnicas por plano de benefícios, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com base nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios e do Plano CD de Benefícios, emitido pelo atuário Thiago Fialho de Souza, em 12 de março de 2020 e no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 06 de abril de 2020, **manifesta pela aprovação das Demonstrações Contábeis** da Mendesprev Sociedade Previdenciária, posicionadas em 31 de dezembro de 2019 e, determina o encaminhamento a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em cumprimento as exigências legais. Determina, também, a devida divulgação quanto a aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019 aos Patrocinadores e a todos os Participantes dos Planos Misto e CD de Benefícios. ”

Os membros titulares do Conselho Deliberativo da Mendesprev são: Victório Duque Semionato, Múcio Cordeiro de Melo e Carlos Alberto da Silva Oliveira.

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

- Marcelo Rodrigues Campos – Diretor Superintendente e Administrativo e Financeiro
- Márley Janaina de Castro – Diretora de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

- Victório Duque Semionato – Presidente
- Carlos Alberto da Silva Oliveira
- Múcio Cordeiro de Melo

CONSELHO FISCAL

- João Bosco de Albuquerque P. Coelho – Presidente
- Geraldo José de Mello
- Maria Bernadete Belizário Maia

PATROCINADORAS

Plano Misto de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A;
- Mendes Júnior Engenharia S.A;
- Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda.;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Edificadora S.A.;
- Florestas Mendes Júnior Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Plano CD de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A;
- Mendes Júnior Engenharia S.A;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Mendes Júnior Concessões S.A.



MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Av. João Pinheiro, 146 – 6º andar – Centro – CEP: 30.130-927

Belo Horizonte – MG – Telefone: (31) 2121-9930 – Fax: (31) 2121-9937

www.mendesprev.org.br